

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO DOS ASSENTAMENTOS ELI VIVE I E II EM LONDRINA-PR

*ANALYSIS OF THE SOCIOECONOMIC AND PRODUCTIVE PROFILE OF ELI VIVE I AND II SETTLEMENTS
IN LONDRINA-PR*

Carlos Eduardo Caldarelli - Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP) e estágio pós-doutoral na University of California, Berkeley (UC Berkeley). Atualmente é professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: caldarelli@uel.br

Eliezer Ferreira Camargo - Mestre em economia regional pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: eliezerfcamargo@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico e produtivo dos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, em Londrina-PR. O estudo investiga os níveis produtivos, tecnológicos, estruturais, a organização social, as redes de serviços e os meios de comercialização nesses assentamentos. Por meio da análise de um estudo de caso, os dados primários foram obtidos pela aplicação de quarenta e sete questionários do tipo semiestruturado para o grupo de agricultores. Os resultados destacam que os assentamentos estudados possuem relevantes elementos positivos, em que se destacam a organização produtiva, a presença de cooperativas como elemento estruturante e forte presença de movimentos sociais, além de diversificação produtiva e acesso às máquinas e implementos. Contudo, há desafios a serem enfrentados dos quais se destacam a infraestrutura dos assentamentos e dos estabelecimentos familiares e a baixa diversificação de canais de comercialização. O trabalho sugere que o incentivo ao cooperativismo, à diversificação comercial e à melhora nas condições infraestruturais podem contribuir para a superação das dificuldades produtivas.

Palavras-chave: assentamentos da reforma agrária; potencial produtivo; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socioeconomic and productive profile of the settlements Eli Vive I and Eli Vive II, in Londrina-PR. The study investigates the productive, technological, structural levels, social organization, service networks and means of commercialization in these settlements. Through the analysis of a case study, the primary data were obtained by applying forty-seven

semi-structured questionnaires to the group of farmers. The results highlight that the studied settlements have relevant positive elements, in which productive organization stands out, the presence of cooperatives as a structuring element and strong presence of social movements, in addition to productive diversification and access to machines and implements. However, there are challenges to be faced, among which stand out the infrastructure of settlements and family establishments and the low diversification of marketing channels. The work suggests that incentives for cooperativism, commercial diversification and improvements in infrastructural conditions can contribute to overcoming productive difficulties.

Keywords: land reform settlements; productive potential; regional development.

INTRODUÇÃO

A política de reforma agrária apresenta-se como um meio viável para o desenvolvimento rural produtivo, social, econômico e político sobretudo para os agricultores familiares e trabalhadores do meio rural do Brasil (CARVALHO *et al.*, 2009). A reforma agrária popular defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), está baseada na democratização da terra priorizando a produção de alimentos de base agroecológica e na organização comunitária camponesa dos meios produtivos (CONCEIÇÃO, 2014). Neste contexto, as políticas públicas agrícolas se fazem necessárias para ajudar nos processos produtivos com o objetivo de promover o desenvolvimento rural com ênfase no modelo da agricultura familiar.

Diante do exposto, considera-se o estado do Paraná como recorte espacial deste estudo, com destaque à relevância do estado no contexto da agricultura familiar. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2017), no estado há 329 assentamentos da reforma agrária, com capacidade de assentar 20.340 famílias, com área total de 429.418 hectares. De acordo com Rosa e Guimarães (2011), os assentamentos rurais apresentam um campo estratégico para o desenvolvimento rural. Para os referidos autores na avaliação dessas unidades é de grande relevância para a compreensão dos aspectos sociais, produtivos e econômicos dos projetos de assentamentos (PAS) e contribuem no seu processo de desenvolvimento, tais como o acesso e posse da terra e à moradia, a sua inclusão aos setores agroindustriais, a sua organização coletiva e a geração de emprego e renda na unidade produtiva familiar.

Nesse sentido, diversos estudos empreenderam esforços para avançar na caracterização dessas unidades produtivas e a partir disso definir estratégias de desenvolvimentos e espaço para políticas públicas os quais destacam Monte e Pereira (2009), Sant'Ana e Tarsitano (2009), Rosa (2009), Reis, Moreira e Vilpoux (2018) e Modenese e Sant'Ana (2019).

Posto isso, este trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil socioeconômico e produtivo dos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II, localizados em Londrina-PR. Como objetivos específicos, o trabalho pretende analisar o acesso dos assentados às redes públicas de assistência técnica e extensão rural, educação e saúde; detalhar as condições sociais, econômicas, estruturais e o nível tecnológico empregados na produção dos assentamentos; apresentar o perfil organizacional, produtivo e mercadológico dos assentamentos e; caracterizar os desafios e potencialidades produtivas dos assentamentos.

Cumprido destacar que a elaboração dos projetos de assentamentos e a organização social e produtiva do MST não diferem de maneira considerável em sua formação, contudo, diferem sobremaneira quanto aos fatores tecnológicos, acesso à rede de serviços e aos canais de comercialização nas diferentes regiões em que estão. Assim, as questões a serem discutidas neste

trabalho são relevantes, pois apresenta um conjunto de dados sociais e econômicos os quais pretende apresentar para a comunidade, as potencialidades produtivas e desafios encontrados: Quais são os níveis produtivos, tecnológicos e estruturais nos assentamentos analisados? Como é a organização social dos assentados? Quais são as redes de serviço e meios de comercialização que os assentados têm à sua disposição? Quais os principais gargalos dessas unidades na percepção dos assentados? Quais as potencialidades dos assentamentos?

Para isto, a condução deste trabalho contou com um estudo de caso nos supramencionados assentamentos. Os dados primários foram obtidos através da elaboração e aplicação de um questionário semiestruturado, que continha questões sobre as características do agricultor e família, informações das características do lote e dados socioeconômicos. O estudo tem a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, sendo após essa breve introdução, é apresentado a revisão de literatura que engloba as subseções sobre a questão agrária e reforma agrária, a questão agrária paranaense e o Assentamento Eli Vive. A seção três apresenta a metodologia do trabalho. A seção quatro está a seção de resultados e discussões o qual é dividido em quatro subseções os quais apresentam o perfil do agricultor rural e a estrutura do assentamento, a organização social e econômica do assentamento, a produção e composição da renda familiar e os canais de comercialização. A última seção apresenta a conclusão do trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

A QUESTÃO AGRÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA

Segundo Stédile (2011) o conceito de questão agrária e seu enfoque levanta grandes discussões e pode ser estudado de acordo com a área do conhecimento que abrange, que podem ser desde as análises produtivas à posse e uso da terra e suas implicações de uso, assim como as correlações de forças entre as classes produtivas. A questão agrária tem como objetivo contextualizar a relação social e produtiva entre o homem, a terra, a sociedade e o espaço rural que nele habita.

Para Mattos Neto (2006), sob a ótica econômica, a questão agrária está fundamentada nas transformações produtivas e nas relações de trabalho e renda. Neste sentido, Silva (1981) afirma que a questão agrária é indissociável às outras questões ambientais e sociais, como a energética, a ecológica, a indígena, a urbanização e das desigualdades regionais.

Assim, a necessidade da reforma agrária está intimamente ligada às crises estruturais do capitalismo no meio rural e seus desdobramentos. Veiga (1986) destaca que a reforma agrária é uma condição necessária, porém não suficiente, frente às questões agrárias. Essa deve, primeiramente, superar a exclusão de segmentos populares da elaboração de um programa de transformação agrária e estar em consonância com o seu desenvolvimento produtivo. Portanto, a reforma agrária redistributiva deve ser uma política do estado democrático que promova a justiça social frente aos desafios de solucionar a concentração fundiária, os conflitos agrários e a pobreza rural, além de promover a justiça social e o desenvolvimento econômico.

A reforma agrária redistributiva, integrada aos serviços públicos, como programas de crédito e assistência técnica, apresenta-se como promotora do desenvolvimento econômico rural. Contudo, a sua execução contraria os interesses políticos e econômicos de latifundiários e de grandes empresas ligadas ao processamento de produtos agropecuários (VEIGA, 1986).

Portanto, a eficiência de um projeto de reforma agrária considera a conjuntura política do país e a correlação de forças entre as organizações e movimentos sociais agrários, as classes

trabalhadoras e camponesas com a elite agrária constituída.

A QUESTÃO AGRÁRIA PARANAENSE

O estado do Paraná tem uma história importante relacionada à questão agrária e fundiária. De acordo com Serra (2010), desde a sua emancipação política ocorrida em 1853, o estado desenvolveu, em terras públicas, projetos de colonização oficial e incentivou projetos de colonização empresarial, coordenado por latifundiários e empresas agrícolas. Este processo se intensificou na região norte do estado pelo fato desta região ser propícia para o desenvolvimento da cafeicultura, isso por sua localização estratégica no escoamento produtivo e pela valorização fundiária.

O conflito pela posse da terra ocorreu pela cobiça de grileiros e colonizadores, com o apoio do Estado nas terras ocupadas por posseiros e camponeses. Dentre os conflitos agrários que se destacaram pela violência estão a Guerra de Porecatu (1946-1951) e o Levante dos Posseiros (1957) (SERRA, 2010; ROOS, 2013).

Serra (2010) destaca as transformações sofridas no meio rural paranaense nos anos 1960, sobretudo a participação da iniciativa privada no processo de colonização e a dependência da produção cafeeira. O processo de colonização privada, segundo o autor, deu-se pela venda de pequenos lotes de terra. O resultado deste modelo foi a perda do controle do Estado dos deslocamentos populacionais e a valorização fundiária. A produção cafeeira, por sua vez, passou por sucessivas superproduções regionais, provocando instabilidades no mercado externo. Este fator, somado às geadas negras de 1969, 1972 e 1975 provocaram quebras de safra e danos irreversíveis à cultura e aos pequenos proprietários.

Com isso, a cultura cafeeira pautada no modelo agrícola tradicional e intensiva no fator trabalho, foi substituída pelo modelo empresarial, baseado sobretudo na produção de grãos, como soja e milho, que são pautados em um modelo intensivo em capital e altamente inseridos no comércio exterior. As transformações observadas no período dos anos de 1960 e 1970 no Paraná não apenas muda o modelo produtivo das propriedades, mas altera drasticamente o contexto rural relacionado às relações produtivas, trabalhistas e tecnológicas, dando espaço para o desenvolvimento da agricultura empresarial que se torna predominante nas décadas seguintes.

Nesse sentido, de acordo com Roos (2013), destaca-se o oeste paranaense como uma região de lutas camponesas e de mobilizações sociais no final dos anos 1970. Com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de sindicatos rurais, o Movimento Justiça e Terra foi organizado nesse período. Este movimento, que reivindicava a indenização das terras alagadas pela barragem de Itaipú, contribuiu para o surgimento de movimentos sociais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), que reivindicava a realização da reforma agrária. Em 1983, segundo o aludido autor, com o intuito de pautar a necessidade da reforma agrária, outros movimentos surgiram no estado, a destacar o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). A articulação destas lideranças contribuiu para a criação de um movimento social de abrangência nacional e que contemplasse suas pautas reivindicatórias, assim, nasceu o MST nos anos seguintes.

OS ASSENTAMENTOS ELI VIVE I E II: HISTÓRICO

As antigas fazendas Guairacá e Pininga foram transformadas nos assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II em 2013 e retratam as etapas históricas da questão agrária paranaense, dentre elas, a

notória concentração de terras, uma vez que as duas propriedades, que somam 7,3 mil ha eram propriedades de duas famílias. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi configurado para assentar quinhentas e uma famílias e os estudos de Santos *et al.* (2018) retratam as ocupações na fazenda Guairacá entre 1991 e 2010. Em 2009, com o objetivo de pressionar a realização da desapropriação das propriedades e assentar as famílias acampadas, o MST voltou a montar os acampamentos nas fazendas que tiveram duração de quatro anos.

Neste período houve a análise da potencialidade produtiva e a aquisição das propriedades pelo governo federal pelo valor de R\$ 78 milhões, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o assentamento das famílias. Além dos novos assentamentos apresentarem potencialidades produtivas devido à fertilidade do solo, eles também são estratégicos pelo fato de integrarem a região metropolitana de Londrina (MASCHIO, 2009; ALVES; SACHS, 2020).

Os assentamentos foram oficializados em setembro de 2013 quando foram sorteados os quinhentos e nove lotes entre as famílias acampadas. Seu nome, definido pelos acampados, é uma homenagem ao camponês Eli Dallemole, líder do MST na região, que foi assassinado em sua propriedade, em Ortigueira-PR, em 2008 (SANTOS *et al.* 2018; ASSIS, 2019).

Os assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II estão localizados no distrito rural de Lerroville, 61 km distante de Londrina e 336 km de Curitiba – capital do estado. O PA Eli Vive I, antiga fazenda Guairacá, abrange área de 5.822,26 ha onde estão registrados 399 lotes, sendo que o maior e o menor lote são, respectivamente, 16,5 ha e 7,8 ha. (BRASIL, 2012). Já o PA Eli Vive II, antiga fazenda Pininga, compreende área de 1.495,53 ha, possui 110 lotes registrados, sendo que o maior lote e o menor lote são de 15,06 ha e 8,01 ha, respectivamente (BRASIL, 2013).

ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ACERCA DOS FATORES PRODUTIVOS

Os estudos sobre as questões sociais, produtivas e econômicas com ênfase nos assentamentos da reforma agrária ganharam relevância no final dos anos 1990. Bittencourt *et al.* (1999) investigaram os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Os autores concluem que o nível de desenvolvimento dos assentamentos está atrelado aos fatores naturais de produção como a qualidade do solo, a disponibilidade de água, o acesso e interligação dos assentamentos às cadeias agroindústrias e ao mercado consumidor final.

Monte e Pereira (2009) analisaram os principais fatores que determinam as etapas de desenvolvimento de um PA no Brasil. Os autores analisaram por região e utilizaram o teste da igualdade de médias para verificar se há diferenciais de renda significativos entre PA de diferentes níveis de desenvolvimento. O estudo destaca a importância da organização coletiva dos assentados por meio de cooperativas e do nível de escolaridade e concluem que estes fatores são determinantes no desenvolvimento dos PAs e na geração de renda familiar.

Com ênfase na estratégia e acesso aos mercados de consumo, Sant'Ana e Tarsitano (2009) analisaram os sistemas produtivos e comercial das famílias assentadas da região de Andradina-SP. O trabalho apontou a predominância da pecuária leiteira e destacou que as famílias que têm em seu escopo produtivo a diversificação produtiva nas culturas do milho e algodão e apresentam estratégias diversas de mercado como a venda direta ao consumidor e no varejo estão mais propensas a resultados econômicos melhores.

Em seu estudo, Rosa (2009) analisou três sistemas produtivos em sete assentamentos rurais no município de Tamarana-PR, o grupo do leite, de grãos e o de olerícolas. Os resultados apresentaram variabilidade produtiva entre os grupos. O grupo de olerícola obteve maiores rendas da produção enquanto os grupos de grãos utilizaram menos capital intensivo e a renda proveio de outras atividades não providas dos estabelecimentos agrícolas. Com relação à análise do grupo

do leite, as famílias deste sistema apresentaram menor renda bruta familiar. O estudo também concluiu que as famílias pesquisadas estão integradas aos mercados de produção e serviços.

Reis, Moreira e Vilpoux (2018) avaliaram os fatores que influenciam a eficiência técnica da produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. Os autores utilizaram a metodologia de Fronteira Estocástica de Produção com especificação de uma função minceriana ajustada para estimar os níveis de eficiência técnica e o método de regressão “Two-LimitTobit” para estimar os efeitos sobre a eficiência técnica das características socioeconômicas dos assentados. A média da eficiência técnica dos agricultores foi de 53,4%. Os autores enfatizam que o nível de escolaridade do gestor atrelada ao acesso à assistência técnica, crédito rural e a diversificação de produtos contribuem para a eficiência técnica do estabelecimento agrícola.

O estudo de Modenese e Sant’Ana (2019) analisou os efeitos da inserção do mercado institucional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com relação à diversificação produtiva, sobretudo, à produção vegetal, para um assentamento em Mirandópolis-SP. Seus resultados evidenciaram que a inserção das famílias no mercado institucional propiciou a diversificação produtiva e comercial sem alterar a participação dos principais mercados já explorados pelas famílias. Esta inserção contribuiu também para que os agricultores deixassem de depender de agentes intermediários para acesso a canais de comercialização, o que pode representar ganhos maiores aos agricultores com um modelo de cadeias mais curtas – maior proximidade entre produtores e consumidores.

Os assentamentos Eli Vive (I e II), pela sua contribuição regional, são constantemente objetos de estudo em diversos campos do conhecimento. O estudo de Bridi *et al.* (2017) enfoca no desenvolvimento participativo da cadeia produtiva e comercial do leite e no manejo agroecológico como estratégia de melhorar a renda dos assentados. O trabalho de Moreira *et al.* (2019) relatou a construção de um canal de comercialização por meio eletrônico, com a finalidade de inserir um grupo de camponesas no meio comercial.

O estudo de Rosa *et al.* (2019) apresentou as experiências na assessoria da incubadora de economia solidária à Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), nos aspectos da gestão e no acompanhamento da implantação da agroindústria de milho no local. Por sua vez, a pesquisa de Santos *et al.* (2019) apresentou os aspectos históricos e geográficos da formação e consolidação dos assentamentos Eli Vive I e II.

O estudo de Alves e Sachs (2020) descreveu os recursos naturais e produtivos desses assentamentos, as características físicas, sociais e culturais das famílias e as características estruturais da educação no local. O estudo de Assis (2020) apresentou a mística no contexto político social e como ela é determinante para a formação da militância política e social.

Em comum aos estudos que envolvem o perfil de assentamentos e que avaliam diferentes perspectivas dessas unidades, tem-se a utilização do modelo de estudo de caso com uso de dados primários, sendo necessária uma análise prévia da realidade na qual esses assentamentos estão inseridos.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho pode ser definida com estudo de casos múltiplos, sendo essa proposta metodológica mais adequada ao objetivo deste estudo, pois segundo Gil (1999) o método busca

explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; Descrever

a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 1999, p. 59).

A coleta de dados primários utilizou um questionário semiestruturado proposto pelos autores deste trabalho e aplicados nas famílias assentadas. O questionário, composto por vinte e seis questões, está dividido em três partes: i) Informações acerca da característica do agricultor ou agricultora responsável pelo lote; ii) Característica do empreendimento familiar e; iii) Informações socioeconômicas.

As informações obtidas na seção I do questionário dizem respeito à localidade da pessoa entrevistada, o seu grau de instrução e as formas de organização coletiva que está associada.

Na seção II, além das informações do acesso da propriedade aos serviços básicos e de comunicação, há questões sobre a estruturação produtiva bem como as benfeitorias, a disponibilidade de máquinas, implementos e ferramentas e o acesso ao serviço de assistência técnica. A seção III apresenta questões acerca da família e o acesso aos serviços de saúde e educação. Nesta seção também questiona-se a formação da renda familiar, a renda da produção, os principais custos de produção além de conhecer as vias de comercialização e linhas de crédito acessadas pelo entrevistado. Cabe destacar que as variáveis atinentes à renda e custos foram autodeclaradas pelos entrevistados.

O delineamento do perfil do entrevistado baseia-se na população rural da cidade de Londrina-PR, especificamente nos assentamentos Eli Vive I e II. Embora se tratem os PAS de forma distinta para efeitos jurídicos, não há esta separação em suas organizações produtivas e coletivas, portanto o estudo é conduzido em ambos. A pesquisa traz resultados únicos, sem distinção entre os domicílios e sua localidade.

Foram aplicados 47 (quarenta e sete) questionários, o que corresponde a 9,23% do total dos lotes visitados. Seu preenchimento deu-se através de visitas às famílias assentadas entre os meses de outubro de 2020 a fevereiro de 2021. Cabe destacar que no delineamento de entrevistas qualitativas é preciso refletir sobre o que espera-se dos entrevistados, quanto tempo é preciso para conseguir boas entrevistas, a facilidade de acesso aos possíveis entrevistados e as informações obtidas, para tanto, o conceito de saturação é de extrema importância na definição do número de entrevistas, em que esse conceito pode ser destacado como o ponto da coleta de dados em que nenhuma informação nova emerge de uma nova entrevista (BAKER; EDWARDS, 2012). Para o presente estudo considerou-se tal premissa para a coleta de dados ao se contrapor os elementos acima expostos.

Os questionários foram aplicados considerando o(a) responsável pelo lote como pessoa de referência e a amostragem foi dada em um contexto de sorteio aleatório para seleção dos respondentes.

Este estudo foi registrado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (36823020.3.0000.5231) e obteve aprovação no parecer número 4.249.755.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL DO AGRICULTOR RURAL E A ESTRUTURA DO ASSENTAMENTO

Conhecer os perfis etários e educacionais do agricultor é estratégico na abordagem da

comunicação no campo e em seu processo de desenvolvimento. Com base em suas características, necessidades e limitações é possível elaborar políticas de inclusão produtiva por meio da assistência técnica e extensão rural. Neste estudo a média etária dos agricultores entrevistados foi de quarenta e dois anos. A idade captada na pesquisa com mais frequência foi de trinta anos, com quatro agricultores e o desvio padrão amostral foi elevado, doze anos, o que demonstra dispersão das idades com relação à média etária. A tabela 1 apresenta a frequência de idades.

Tabela 1 – Frequência de idades dos agricultores assentados no Eli Vive I e Eli Vive II em Londrina-PR (2021).

Amplitude (em anos)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
18 a 25	3	6,38
26 a 33	12	25,53
34 a 41	4	8,51
42 a 49	15	31,91
50 a 57	9	19,15
58 e acima	4	8,51

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

A classe de idade prevalente dos agricultores entrevistados está na faixa entre quarenta e dois a quarenta e nove anos com frequência de quinze respondentes, o que representa cerca de 31,91% dos entrevistados nesta faixa etária. Nota-se o valor elevado da faixa etária de cinquenta a cinquenta e sete anos, que representa 19,15% da amostra. Estes resultados são semelhantes com as classes em destaques no Censo Agropecuário 2017 para os recortes da região sul e para o estado do Paraná, onde as classes que se destacam são as “de quarenta e cinco a menos de cinquenta e cinco anos”, que representam cerca de 26% dos agricultores familiares da região Sul e 25% do estado do Paraná, e a faixa de cinquenta e cinco anos a menos de sessenta e cinco anos, que representam 28% e 27% dos agricultores familiares da região sul e do estado do Paraná, respectivamente (IBGE, 2019). Os estudos de Simonato *et al.* (2014) e Modenese e Sant’Ana (2019) mostram que a idade avançada é uma realidade no setor rural brasileiro. Enquanto o primeiro estudo apresenta que a faixa etária mais frequente está entre quarenta a cinquenta anos, o segundo mostra que a idade média é de quarenta e nove anos e 52% destes agricultores, tem mais de cinquenta anos.

Contudo, cabe destacar também, o público jovem. As classes etárias de 18 até 25 e 26 até 33 anos, somadas, também compreende 31,9% da amostra. Estas classes etárias, além de serem importantes para a permanência do trabalho familiar através da sucessão, também é importante para o desenvolvimento produtivo local com a sua mão de obra e participação comunitária. Barcellos (2015) destaca aspectos pertinentes sobre a condição do jovem no campo, como as condições de trabalho e renda no meio rural, os níveis de escolaridade alcançados e as suas características etnoculturais e socioambientais.

Sobre a formação educacional, a tabela 2 apresenta os valores absolutos e relativos dos níveis de ensino relatado pelos entrevistados.

Tabela 2 – Formação educacional nos assentamentos Eli Vive (I e II), em Londrina-PR (2021)

Formação Educacional	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Não alfabetizado	2	4
Ensino primário	6	13
Completo	4	9
Incompleto	2	4
Ensino Fundamental	18	38
Completo	9	19
Incompleto	9	19
Ensino médio	15	32
Completo	12	26
Incompleto	3	6
Ensino Superior	5	11
Completo	2	4
Incompleto	3	6
Pós-Graduação	1	2
Especialização	0	0
Mestrado	1	2
Doutorado	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

De acordo com a tabela 2, a formação educacional que se destaca como resposta é o ensino fundamental, que representa 38% dos entrevistados. Resultados semelhantes podem ser encontrados em Alves e Sachs (2020) cuja formação educacional das famílias do assentamento Eli Vive I e II estão concentradas naqueles que frequentaram o ensino fundamental até a oitava série e naqueles que frequentaram o ensino médio até a terceira série. É importante mencionar que 13% dos entrevistados, tiveram acesso ao ensino superior. Reis, Moreira e Vilpoux (2018) destacam a importância do nível de escolaridade como um dos fatores determinantes para aumentar a eficiência técnica da propriedade agrícola.

O nível de instrução é um fator importante na assimilação das informações pelos agricultores quanto ao conhecimento produtivo e comercial, sobretudo novas técnicas para produção e gerenciais. Esta informação também permite o desenvolvimento de atividades técnicas mais adequadas quanto à comunicação e dinâmica de trabalho com o seu público-alvo.

A disponibilidade de máquinas e implementos agrícolas é um fator importante no desenvolvimento produtivo. A tabela 3 apresenta a disponibilidade de máquinas agrícolas e meios de transporte nos lotes dos Assentamentos Eli Vive.

Tabela 3 – Máquinas e veículos disponíveis nos empreendimentos familiares dos Assentamentos Eli Vive (Londrina-PR) em valores totais e em porcentagem (2021)

Variáveis selecionadas	Próprio		Contratado		Cedido	
	Total	Em %	Total	Em %	Total	Em %
Trator	9	19,15	20	42,55	4	8,51
Arado	6	12,77	14	29,79	0	0,00
Colheitadeira	0	0,00	13	27,66	1	2,13
Ajubadeira	0	0,00	7	14,89	2	4,26
Pulverizador	5	10,64	9	19,15	0	0,00
Semeadeira	6	12,77	11	23,40	0	0,00
Ceifadeiras	0	0,00	5	10,64	0	0,00
Motocultivador	5	10,64	0	0,00	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Os resultados atinentes ao uso de tratores e implementos como arados, semeadeiras, pulverizadores, colheitadeiras, mostram que esses equipamentos estão presentes nos lotes dos assentamentos, o que indica relativa tecnificação na produção. Sobre as condições de posse, o modo de contratação de máquinas é predominante. As máquinas contratadas provêm de propriedades vizinhas ou da cooperativa local. Dentre as máquinas e implementos que se destacam, no modo de contratação, estão o trator 42,55%, o arado, 29,79% e a colheitadeira, 27,66%. Estes resultados sugerem que os assentados do Eli Vive I e II têm acesso às máquinas e implementos necessários para desenvolverem sua produção. Estes resultados são superiores aos apresentados para o estado do Paraná no Censo Agropecuário 2017, onde mostram que 31% dos estabelecimentos familiares dispõem de trator em suas unidades produtivas, 13% dos estabelecimentos utilizam semeadeiras, 7% adubadeira e 4% colheitadeira (IBGE, 2019).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO

Pode-se destacar que os assentamentos se encontram integrados quanto às questões técnicas, produtivas, sociais e comerciais por empreendimentos coletivos. A tabela 4 apresenta as formas de organização coletiva que os agricultores participam ativamente. Esta era uma questão de livre resposta, o que concedia ao entrevistado responder se ele era cooperado ou associado, ou ambos e quais cooperativas e associações ele participava, bem como se ele tinha relações com algum movimento social.

Tabela 4 – Forma de organização dos agricultores dos assentamentos Eli Vive (I e II), em Londrina-PR (2021)

Organização	Frequência absoluta	Frequência relativa (Em %)
Cooperativa	36	76,60
COPACON	28	59,57
COPRAN	23	48,94
Outros	1	2,13
Associação de produtores	8	17,02
AMCEV	8	17,02
Movimentos sociais	36	76,60
MST	36	76,60
Não é associado à cooperativa ou entidade de classe	4	8,51

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

A tabela 4 mostra que as principais formas de organização do assentado são cooperativas e movimentos sociais, ambos com 76% do total dos respondentes. Este resultado é superior aos apresentados no Censo Agropecuário 2017 com o recorte região sul e estado do Paraná, que apresentaram, respectivamente, 37% e 33% (IBGE, 2019).

O índice de participação em movimentos sociais mostra que os agricultores estão altamente integrados ao MST por meio das ações de mobilização, reuniões que recebem orientações quanto às questões produtivas, políticas e sociais, fator relevante no que concerne à organização das atividades e avanços no contexto produtivo e mercadológico.

O estudo de Monte e Pereira (2009) analisou os impactos de algumas características de um PA sobre a renda familiar. Os aludidos autores apontaram que, tanto no contexto nacional quanto para a região sul, a participação ativa em cooperativas é uma variável de destaque nesse sentido, ou seja, quando há maior participação da família em cooperativas, a renda tende a ser maior.

Para Castro (2016), a cooperativa é um fenômeno regional e expressa, no estado do Paraná, um papel relevante quanto à organização produtiva e na assistência técnica de seus cooperados.

O incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e às atividades gerais do MST refletem a organização política e econômica consolidada no local. Nesse quesito cabe destacar a Associação das Camponesas do Assentamento Eli Vive (AMCEV) e a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), que garantem forte unidade entre os assentados. Os assentamentos também possuem assentados cooperados à Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) do assentamento Dorcelina Folador de Arapongas-PR, que desenvolve atividades quanto à produção leiteira (ROSA *et al.*, 2019).

As formas de associação e cooperação assim como o engajamento em movimentos sociais são elementos marcantes e podem ser vetores importantes para que se potencialize políticas de incentivo produtivo e mercadológico nos assentamentos.

PRODUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

Concernente à condição de renda, a pesquisa detectou trinta e um tipos de culturas produtivas, com destaque ao setor agrícola, com culturas temporárias como milho, feijão e hortaliças em geral, a pecuária com a bovinocultura de leite e a avicultura de postura. A tabela 5 apresenta os dez principais produtos agrícolas, o total de lotes que produzem e sua representatividade em percentual.

Tabela 5 – Os 10 principais itens agrícolas produzidos pelos estabelecimentos familiares nos assentamentos Eli Vive (I e II), em Londrina-PR (2021)

Produtos agrícolas	Frequência absoluta	Frequência relativa (em %)
Milho	28	59,57
Feijão	24	51,06
Hortaliças	22	46,81
Mandioca	16	34,04
Leite	15	31,91
Batata doce	11	23,40
Frango	8	17,02
Vassoura	8	17,02
Cará	6	12,77
Milho verde	5	10,64

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Nesta questão o entrevistado pôde mencionar os cinco principais itens produzidos em sua unidade, tanto para o comércio quanto para consumo. O milho é um dos principais itens produtivos em vinte e oito lotes, o que representa cerca de 59,57% do total dos lotes totais avaliados nesta pesquisa. Destacam-se também as produções de feijão, presente em 24 lotes, hortaliças em geral em vinte e dois lotes e mandioca em dezesseis. Outro fator importante está na produção animal, sobretudo a produção leiteira que se encontra em quinze lotes. Chama atenção a baixa representatividade de hortaliças, em menos da metade dos lotes e a prevalência de milho e feijão.

Como observa Alves e Sachs (2020), a diversificação produtiva tem o seu enfoque no auto-consumo e na venda do excedente. As principais culturas observadas no local corroboram com a afirmação de que a agricultura familiar, devido às suas características, promove a diversificação produtiva. Dos resultados expostos (Tab. 5) é importante destacar que a produção de hortaliças e frutas permite agregação maior de valor pela possibilidade de diferenciação do produto

e processamento, o que sugere que uma estratégia produtiva para os assentados é produzir e processar bens com possibilidade de diferenciação e processamento com conseqüente margem para agregação de valor.

Para saber qual é o impacto que a produção agrícola familiar tem na renda total familiar, a tabela 6 apresenta as receitas de produção com relação à renda total dos lotes.

Tabela 6 – Representação das receitas da produção com relação à renda total mensal dos estabelecimentos familiares dos assentamentos Eli Vive (I e II), em Londrina-PR (2021)

Produção agrícola com relação à renda total (em %)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
De 0 a 25	4	9,76
25,01 a 50	10	24,39
50,01 a 75	14	34,15
75,01 a 100	13	31,71

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

A Tabela 6 mostra que em quatro lotes, cerca de 9,76% do total, a produção agrícola representa de 0% a 25% da renda total familiar, ou seja, a produção agrícola representa uma parcela pequena na formação da renda familiar mensal. São famílias que tem como renda principal a venda da força de trabalho como diarista para os vizinhos ou os benefícios de programa de transferências de renda ou aposentadoria.

Por outro lado, em quatorze lotes, 34,15% do total, têm a produção agropecuária como um fator importante na formação da renda familiar, contemplando entre 50% a 75%. Para treze, a renda obtida na unidade produtiva corresponde entre 75% a 100% da renda total dos domicílios. Geralmente, são perfis de domicílios onde as famílias trabalham quase integralmente no seu lote. Somando os resultados daqueles que tem a produção agrícola dentro de seus lotes como a principal fonte de renda (acima de 50%), resulta em 66%.

O rendimento domiciliar apresentou grande variação. Dentre os quarenta e quatro lotes que divulgaram a renda mensal aproximada, o valor máximo foi de R\$ 23.000,00 os quais se destacam no assentamento, os produtores de gado leiteiro, grãos e café, os quais têm acesso à assistência técnica e a cooperativa para o escoamento de sua produção. e o valor mínimo de R\$ 600,00, que são famílias que tem como principal meio a produção para consumo. O valor mais divulgado é de R\$ 1.000,00 com três lotes. A renda média domiciliar foi de R\$ 3.795,77 e o desvio médio foi de R\$ 2.976,92. Esta discrepância entre as rendas em assentamentos também foi observada em Rosa (2009) e entre os estabelecimentos do grupo leiteiro, grãos e olerícolas. O autor destaca que a variabilidade dos sistemas produtivos é explicada por fatores inerentes à gestão do empreendimento, e da produção do principal produto agrícola e seus custos de produção. Isto ocasiona também na variabilidade nas rendas obtidas por cada empreendimento familiar rural, tornando-os únicos. A tabela 7 apresenta a renda total dos estabelecimentos familiares estratificada por níveis de salário e sua representatividade.

Tabela 7 – Estratificação da renda mensal domiciliar por níveis salariais dos assentados do Eli Vive (I e II), em Londrina-PR e sua frequência relativa (2021)

Valores (em R\$)	Estabelecimentos	Frequência relativa (%)
menos de 1 salário	8	18,18%
De 1100 a 2199,99	16	36,36%
De 2200 a 3299,99	8	18,18%
De 3300 a 4399,99	5	11,36%
De 4400 a 5499,99	2	4,55%
Acima de 5500,00	5	11,36%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

De acordo com a tabela 7, dentre os seis níveis de renda total, os lotes em que a renda está entre um e dois salários-mínimos mensais se destacam, sendo 36% do total. Destacam-se também aqueles que têm rendas superior a cinco salários-mínimos, totalizando cinco lotes os quais tem como uma das principais produções o leite, milho, feijão e café. Oito empreendimentos apresentaram rendas inferiores a um salário-mínimo, os quais se destacam pela produção para consumo próprio. Estes resultados são semelhantes ao estudo de Simonato *Et al.* (2014) onde foi observado a renda média familiar se concentrou na classe entre dois salários-mínimos mensais, cerca de 51%. Em seguida, as propriedades que recebiam entre três a cinco salários-mínimos somavam 20% do total dos estabelecimentos familiares pesquisados.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Com relação ao acesso a mercados, a tabela 8 mostra os canais de comercialização acessados pelos entrevistados. Nesse sentido, as diferentes categorias de acesso a mercados, por ora tomados como canais de comercialização são avaliados.

Tabela 8 – Canais de comercialização dos estabelecimentos familiares dos assentamentos Eli Vive e sua representatividade comercial (2021)

Canais	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Cooperativa	32	68,09
Venda para terceiros	23	48,94
Cestas de produtos	6	12,77
Feiras	6	12,77
Supermercado	4	8,51
Sacolão	2	4,26
Mercado institucional	1	2,13
Encomenda	4	8,51
Ponto fixo de venda	1	2,13
Associação	1	2,13
Outros canais	1	2,13

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

De acordo com a tabela 8, a cooperativa apresenta-se como o principal canal de comercialização e representa forma de acesso a mercados para 68,09% dos lotes. A venda para terceiros é o segundo canal de comercialização mais acessado pelos entrevistados, totalizando vinte e três empreendimentos. As feiras, supermercados e cestas de produtos aparecem como outros meios de comercialização importante. Com destaque, há uma grande concentração no acesso

via cooperativa, fato favorável, visto que as mesmas possuem organização e capacidade de penetração em mercados mais facilmente que agentes individuais.

Como observado na tabela 8, apenas um lote participa diretamente do mercado institucional, o que reflete a importância de reforçar essa importante frente de acesso a mercados. Segundo Rosa *et al.* (2019), as cooperativas agroindustriais presentes no assentamento participam dos mercados institucionais e varejistas. De acordo com Alves e Sachs (2020), a COPACON, tem como objetivo organizar a produção de seus cooperados para comercializar. A cooperativa estabeleceu no assentamento a agroindústria de beneficiamento do milho, com a produção de farinha de milho, fubá, canjica e o creme de milho. Essa cooperativa comercializa a produção da agricultura familiar como frutas, feijão e olerícolas além de comercializar sementes de milho crioulo¹ para outros agricultores ou entidades públicas. Na COPRAN, estabelecida no PA Dorcelina Folador, por sua vez, o comércio de produtos se dá através na organização da produção leiteira dos assentados (ROSA *et al.*, 2019).

O cooperativismo e o associativismo, organizações coletivas que contribuem na organização social, produtiva e/ou comercial, mostram a sua importância no desenvolvimento dos assentados e devem ser fortalecidos no sentido de integrar a produção dos assentados aos mercados, sobretudo em processos de comercialização mais diretos com os consumidores finais, o que reduz intermediários e pode ampliar as margens de comercialização.

Contudo, há algumas fragilidades relacionadas aos canais de comercialização pelos assentados. A tabela 9 apresenta a quantidade de canais de comercialização acessados pelos entrevistados.

Tabela 9 – Quantidade de canais de comercialização acessados pelos assentados do Eli Vive (I e II), em Londrina-PR (2021)

Canais de comercialização	Total de estabelecimentos Frequência absoluta
0	4
1	18
2	16
3	7
4	1
5 ou mais	0

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa

Como apresentado na tabela 9, tem-se dezoito lotes com apenas um canal de comercialização ao passo que dezesseis empreendimentos rurais utilizam dois canais de comercialização. Este resultado mostra que os assentados são altamente dependentes de um ou dois compradores, sendo os maiores as cooperativas e a venda para terceiros.

Segundo relatos dos assentados, a venda para terceiros configura na compra dos produtos dos lotes por um agente ou a entrega para um entreposto que irão revender seus produtos. Desta forma, a venda para terceiros configura-se como agentes atravessadores, ou intermediários. Santos e Mitja (2012) e Modenese e Sant’Ana (2019), em seus trabalhos, referem-se ao agente atravessador, ou intermediário, como aqueles canais de comercialização que remuneram mal o agricultor. Medidas de estímulos de busca por outros canais de comercialização são necessários para o desenvolvimento produtivo do empreendimento local e para evitar possíveis problemas de escoamento da produção e, como consequência, melhora nas margens de comercialização

¹São aquelas que não passaram por modificação genética. São sementes rústicas que são melhoradas e manejadas entre as gerações de agricultores ou por comunidades tradicionais (TRINDADE, 2016).

e rentabilidade.

Como experiência de diversificação comercial, o estudo de Modenese e Sant’Ana (2019) mostra que a participação ativa dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu para uma maior independência e aumento dos canais de comercialização. Dentre as vantagens apontadas pelos autores, todos os assentados comercializavam ao menos parte de sua produção, mantiveram seus canais já consolidados como as entregas na cooperativa e na central de abastecimento do estado de São Paulo (CEAGESP) e diminuiu a venda para intermediários e atravessadores. A pesquisa de Santos e Mitja (2012) apontou que o fator determinante no desenvolvimento da comercialização está no acesso aos mercados. Para os autores, a distância entre a agrovila e o município, o acesso inteiramente feito por estradas asfaltadas e o suporte logístico da prefeitura local, possibilitam a comercialização dos agricultores familiares nas feiras de produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos levantamentos feitos, pôde-se averiguar que os assentamentos Eli Vive (I e II) apresentam potencialidades no desenvolvimento produtivo. Os resultados também refletem a realidade da agricultura familiar brasileira, tais como a idade avançada dos entrevistados e o nível de escolaridade concentrada no ensino fundamental, embora as classes etárias jovens e aqueles assentados que tiveram acesso ao ensino superior sejam frequências que não devem ser desconsideradas.

De forma geral, este estudo apontou que os assentamentos analisados apresentam importantes potencialidades que podem ser exploradas como elementos chave para melhorias produtivas e mercadológicas, a saber: o perfil diverso da produção, o elevado nível de cooperação e engajamento em estruturas coletivas, o acesso ao serviço de assistência técnica rural e satisfatório acesso a equipamentos e insumos. Contudo, os assentados dependem de um ou dois canais de comercialização, destacando-se a venda para cooperativas ou terceiros.

Este trabalho conclui que a localidade apresenta potencialidades, obstáculos e desafios quanto à consolidação produtiva. Quanto à tecnificação, diversificação produtiva e organização coletiva, porém destacam-se gargalos quanto à diversificação dos canais de comercialização.

Este estudo permite mostrar que as políticas para melhoria das condições econômicas e consequentemente sociais dos assentados do Eli Vive I e II precisam pensar as cooperativas e formas associativas como vetores de ação para potencialidade das mesmas e, sobretudo, devem pensar a infraestrutura dos assentamentos como ponto central de ação.

Espera-se que este trabalho possa promover debates sobre os fatores técnicos que promovem o desenvolvimento produtivo e social no local e que incentive os agentes econômicos a discutir ações e políticas de integração produtiva e social e de superação dos problemas estruturais.

Cumprir destacar que este estudo por ter sido construído e proposto ao comitê de ética antes da pandemia não contempla análises sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os assentados, sendo assim sugere-se que tal temática seja analisada por estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. L. L.; SACHS, L. **Inventário da realidade**: Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber Escola Municipal do Campo Egídio Domingos Brunetto. Londrina: UTFPR, 2020.

ASSIS, L. C. de. **A mística político-social dentre os militantes do MST no Assentamento Eli Vive em Londrina-PR**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade

Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 16, n. 32, ago. 2015.

BAKER, S. E.; EDWARDS, R. **How many qualitative interviews is enough**. National Centre for Research Methods Review Discussion Paper. (p. 3-6), 2012.

BITTENCOURT, G. A. *et al.* **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Assentamento Eli Vive I**. Curitiba: INCRA, 2012. 1 mapa. Escala 1:12000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Assentamento Eli Vive II**. Curitiba: INCRA, 2013. 1 mapa. Escala 1:12000.

BRIDI, A. M. *et al.* Desenvolvimento participativo da cadeia produtiva sustentável de leite no Assentamento Rural Eli Vive. *In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*, 35., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3773>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CARVALHO, S. P. de *et al.* Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, ago. 2009.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, jul./dez., 2016.

CONCEIÇÃO, A. Reforma agrária popular é urgente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 fev. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/reforma-agraria-popular-urgente-11565408>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar: resultados definitivos**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 5 mai. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos: informações gerais**. Brasília, INCRA 2017. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=9&Para%5BPlanilha%5D=Nao&Parameter%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1. Acesso em: 9 dez. 2019.

MASCHIO, J. MST muda tática no Paraná e acampa próximo a três fazendas. **Folha de São Paulo**, 26 fev 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/02/509295-mst-muda-tatica-no-parana-e-acampa-proximo-a-tres-fazendas.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

MATTOS NETO, A. J. M. A questão agrária no Brasil: aspectos sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 97-118, dez. 2006.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v57n4/0103-2003-resr-57-4-636.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MOREIRA, R. M. P. *et al.* E-commerce como alternativa a comercialização de produtos agroecológicos: uma experiência no Assentamento Eli Vive. *In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*, 37., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199020>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MONTE, P. A.; PEREIRA, A. E. S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.4, out./dez. 2009.

REIS, C. V. S.; MOREIRA, T. B. S; VILPOUX, O. F. Fatores que afetam a eficiência técnica de produção em assentamentos rurais: fronteira estocástica e Two-LimitTobit. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.56, n. 3, jul./set, 2018.

ROCHA, J. C. Estudo de caso como método de pesquisa aplicado a diferentes áreas do conhecimento: educação, direito, administração, economia, medicina, serviço social, psicologia, sociologia e antropologia. **Revista Gestão Universitária**, v. 5, jan./jul. 2016.

ROOS, D. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da reforma agrária brasileira. **Revista GeoGraphs**, Alicante, v. 4, n. 31, p. 1-18, 2013. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/djoni-roos.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ROSA, L. A. B. da. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: o caso do município de Tamarana-PR**. 2009. 123f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ROSA, L. A. B. da; GUIMARAES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana - PR. **Semina. Ciências Agrárias**, Londrina, v. 32, p. 809-828, 2011.

ROSA, L. A. B. da *et al.* Extensão universitária: assessoria a COPACON para implantação da agroindústria do milho. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORANEOS*, 3.; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 4.; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 3., 2019, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL: 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/>. Acesso em: 6 jan. 2021

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, 2012.

SANTOS, A. P. R. *et al.* Aspectos histórico-geográficos do Assentamento Eli Vive, Londrina (PR). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL*, 1.; SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA, 34., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/eacf/52204ac2bd530f67d98eeb3f10f93660dee3.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021

SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.47, n.3, jul./set. 2009.

SERRA, E. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 27 set. 2010.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMONATO, D. C. *et al.* Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. **Retratos De Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 2, jul./dez. 2014.

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15, 2006, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: CONPEDI/UEA, 2006.

Data de recebimento: 17-01-2023

Data de aceite para publicação: 10-04-2023.